



[Handwritten signature]

Assembleia Municipal de Caminha

ATA Nº 12/17-21 SESSÃO ORDINÁRIA 2019/04/26

Aos vinte e seis dias do mês de abril de dois mil e dezanove, no edifício do Teatro Valadares, reuniu a Assembleia Municipal de Caminha.

Às 21H00M, o **Presidente, Luís Augusto Pestana Mourão**, abriu a Sessão saudando todos os presentes.

Foi entregue ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto no artigo 49º e do n.º 1, do artigo 53º, do Regimento deste Órgão, a Comunicação de impossibilidade de presença e respetivo pedido de substituição, do Senhor(a) Deputado(a):

- Liliana Bouça da Silva, Vereadora eleita pelo Partido Social Democrata foi substituída por José Luis de Lima.
- Paulo Pinto Pereira, Vereador eleito pelo Partido Social Democrata foi substituído por Manuel Sousa Marques.
- Joaquim Manuel da Conceição Monteiro Guardão, Presidente da União de Freguesias de Moledo e Cristelo, substituído pelo Secretário Ernesto João Neto Casal da Veiga.
- António Maria Rodrigues Amorim, Presidente da União de Freguesia de Venade e Azevedo, substituído por Sílvia Isabel Gonçalves Costa.
- Carlos Alberto da Cunha Alves, Presidente da Junta de Freguesia de Vilar de Mouros, substituído por Ana Cristina Serro Barreiros.
- João Fernando de Oliveira Domingues, eleito pelo Partido Socialista, foi substituído por Vítor José Brás Rocha.
- Sónia Maria da Silva Lajoso, eleita pelo Partido Socialista, foi substituída por Tânia Marisa Magalhães Aldeia.
- Marina Sola Gonçalves, eleita pelo Partido Socialista, foi substituída por Cláudia Pereira Fernandes.



Assembleia Municipal de Caminha

- Severino Manuel Gomes de Sousa, eleito pelo Partido Social Democrata, foi substituído por Ricardo Jorge Rodrigues Cunha.

Estavam presentes todos os elementos do PS, CDU e PSD num total de 35 elementos.

O **Senhor Presidente da Mesa** leu a Ordem de Trabalhos, que a seguir se transcreve:

1º - Período de Intervenção do Público.

2º - Período da Antes da Ordem do Dia:

- a) – Informações da Mesa;
- b) – Outros assuntos de interesse municipal a colocar pelos Membros da Assembleia;

3º - Período da Ordem do Dia:

- a) – Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo;
- b) – Aprovação da ata da sessão ordinária de 22 de fevereiro 2019;
- c) – Documento de Prestação de Contas do Exercício de 2018;
- d) – 1ª Revisão ao Orçamento para Incorporação do Saldo de Gerência do Ano 2018;
- e) – Nomeação de Auditor Externo para Certificação de Contas;
- f) – Alteração à Delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Caminha;
- g) – Regulamento Municipal para Atribuição de Incentivos a Estudantes do Ensino Superior;
- h) – Alteração da Postura de Transito e Estacionamento na Sandia / Vista Alegre em Vila Praia de Âncora.



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da Mesa**, solicitou ao Senhor Deputado Gaspar Pereira que fosse fazer parte da mesa em substituição da Senhora Segunda Secretária, Sónia Lajoso.

1.º - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não houve intervenção do público.

2.º – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

a) – Informações da Mesa

O **Senhor Presidente da Mesa**, informou que recebeu um ofício da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Caminha a solicitar a substituição da Senhora Deputada Simaura Ferreira Fonseca, no entanto, foi enviado a 27 de fevereiro um e-mail aos representantes dos Grupos Parlamentares com acento nesta Assembleia Municipal a solicitar essa substituição.

De seguida, o **Senhor Presidente da Mesa**, disse ainda que chegou à mesa uma Moção, apresentada pelo representante do Grupo Parlamentar da Coligação Democrática Unitária, que se intitula “Comemoração do 1º de Maio”.

De seguida o **Senhor Deputado da Coligação Democrática Unitária Joaquim Celestino Ribeiro**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Munícipes e Comunicação Social, e leu a seguinte Moção:

“Comemoração do 1º de Maio”



[Handwritten signature]

Assembleia Municipal de Caminha

O século XIX ficou marcado pela afirmação das técnicas de produção industrial, provocando mudanças sociais com reflexos vários nas vidas das populações. O mundo do trabalho ignorava a condição humana dos trabalhadores, obrigando-os a jornadas de trabalho superiores às 18 horas diárias. Foi neste contexto que, a 1 de Maio de 1886, em Chicago, milhares de trabalhadores se concentraram nas ruas em protesto exigindo "Oito horas de trabalho, oito horas de lazer e oito horas de repouso". Milhares de trabalhadores que, a partir de Chicago, deram exemplo ao Mundo. O resultado da sua luta foi saldado a sangue pela morte nas manifestações e pela força a que alguns, num processo pouco claro, foram condenados. Estavam, contudo, lançadas as bases para a crescente dignificação do trabalho e dos trabalhadores, num esforço diário que ainda hoje se mantém em todo o Mundo. O 1º de Maio tornou-se global, comemorando-se internacionalmente e a ele se associando todas a população.

Em Portugal, em 1974, no primeiro 1º de Maio vivido em Liberdade, após 48 anos de ditadura, as concentrações das massas populares e dos trabalhadores uniram o grito de vitória libertadora do fascismo às garantias de um futuro de direitos laborais. E foram grandes as conquistas que daí resultaram, até que peso das opções políticas erradas e da troika, provocaram retrocessos a um nível contrário ao rumo que a história prometia.

As perdas de direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores só haveriam de registar alguma recuperação com um novo quadro político, que nos últimos quatro anos uniu esforços parlamentares à ação governamental.

É, contudo, ainda insuficiente esta recuperação e é sobretudo urgente o avanço em matérias salariais, horários de trabalho, fim da precariedade, igualdade, pensões e reformas, contratação

coletiva, acesso às funções sociais do Estado, conjugação da vida profissional com a pessoal e familiar, entre tantas outras que justificam a ação sindical e a união entre as massas trabalhadoras e o povo.

Assim, considerando:



Assembleia Municipal de Caminha

1. A inegável e inabalável identificação da Assembleia Municipal de Caminha com os valores de Abril e os princípios subjacentes à proclamação do 1º de Maio;
2. A justiça do apoio à defesa da dignidade dos trabalhadores e do valioso património civilizacional do trabalho, exercido em liberdade e em democracia;
3. A existência de precariedade no emprego, não só no setor privado como também na esfera pública, que urge combater, sendo urgente que o Estado resolva a situação dos seus precários, seguindo o exemplo e o esforço de muitos municípios, como o de Caminha;
4. A proximidade da data comemorativa do 1º de maio, 45 após os festejos comemorativos do 25 de Abril de 1974.

A Assembleia de Municipal de Caminha, reunida a 26 de abril de 2019, delibera:

- 1- Promover, apoiar e estimular a luta em defesa dos valores de Abril e da Constituição da República;
- 2- Saudar, nos trabalhadores da autarquia, todos os trabalhadores portugueses, reconhecendo o seu papel no desenvolvimento económico e social;
- 3- Saudar a integração dos novos trabalhadores da autarquia, reconhecendo também o papel dos órgãos autárquicos municipais, Câmara e Assembleia Municipal, bem com os de freguesia, Juntas e Assembleias de Freguesia e de União de Freguesias, na criação de condições para a sua integração;
- 4- Mostrar total solidariedade para com todos os trabalhadores em luta, particularmente os que ainda sobrevivem na precariedade no emprego após mais de um ano de espera pelas decisões das Comissões de Avaliação Bipartida;
- 5- Apelar a todos, autarcas, trabalhadores dos diferentes setores do Estado e do setor privado, movimento associativo e a toda a população, para se associarem às comemorações do 1º de Maio;



Handwritten signature in blue ink, consisting of stylized initials and a flourish.

Assembleia Municipal de Caminha

6- Reconhecer o papel das autarquias na dinamização dos atos comemorativos do 1º de Maio, dando nota de incentivo a apoiarem os movimentos de trabalhadores na organização de festejos que dignifiquem a sua ação e condição.

A presente moção deverá ser enviada para a Câmara Municipal de Caminha, Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesia do concelho de Caminha, Representação municipal do STAL, Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local, Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional (CGTP-IN), União Geral de Trabalhadores (UGT), Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP), Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE), Associação 25 de abril, Grupos parlamentares representados na Assembleia da República.

Caminha, 26 de abril de 2019

O proponente,

Eleito da CDU – Coligação Democrática Unitária”

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Carlos Castro**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes e Comunicação social, e disse quanto à Moção apresentada, existe um ponto no qual não concorda, porque, as Juntas de Freguesia estão sempre esquecidas, como refere no ponto três, que a Assembleia Municipal de Caminha, reunida a 26 de abril de 2019 delibera, “Saudar a integração dos novos trabalhadores da autarquia, reconhecendo também o papel dos órgãos autárquicos municipais, Câmara e Assembleia Municipal, na criação de condições para a sua integração”, porém, as Juntas de freguesia também fizeram um grande esforço em integrar os novos trabalhadores no quadro.



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Múncipes e Comunicação Social, e disse que o seu grupo subscreve a Moção apresentada, julga que a prosa conseguida pelo Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, abarca todas as vertentes políticas ali na sala, pelo que não vê motivo para não aprovarem a Moção. No entanto, não deixa de ressaltar aquilo que disse o Senhor Presidente de Junta de Vila Praia de Âncora, mas, julga que o Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro no fim dará ali uma breve explicação sobre o facto de ali não estar apresentada a Assembleia de Freguesia.

O **Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha e Vilarelho, Miguel Gonçalves**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros múnícipes e Comunicação Social, e disse que esta Moção a subscreve na global, entende a luta dos trabalhadores, o que é necessário o sublinhar. Disse ainda que é importante se lutar por direitos e profissões mais dignas e melhores condições, e deve-se sublinhar isso no 1 de Maio, assim, como no 25 de Abril, pelo que subscreve a Moção.

Disse ainda o Senhor Presidente de Junta, que vai destacar ali a questão da precariedade, pois, houve um grande esforço por parte das Câmaras e Juntas de Freguesia, que não aparecem nesta Moção, porque tem âmbito da Assembleia Municipal, no entanto, existem algumas Juntas de Freguesia do Concelho que entraram nessas questões, o que foi importante para os seus trabalhadores. Mas, não pode deixar de destacar este grande incentivo de acabar com a precariedade, o qual, foi um grande avanço para os trabalhadores portugueses.



Handwritten signature in blue ink.

Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que felicita o trabalho que as Juntas de Freguesia têm feito, nesta matéria de combate à precariedade e que conhece e reconhece esse mesmo trabalho. Mas, esta Moção é apresentada nos Órgãos Municipais e esse é o motivo pelo qual, não se poderia integrar ali essa referência sem uma consulta prévia às Juntas, o que poderia ser, de alguma forma, mal interpretado e até abusivo. Contudo, o grupo da CDU não tem problema em incluir, mas, para isso todos terão que aceitar essa inclusão; no reconhecimento do trabalho feito pelos Órgãos Autárquicos de Freguesia e de União de Freguesia, passar-se-ia a fazer essa redação no ponto 3, se toda a Assembleia Municipal estiver de acordo.

No entanto, fica ali nota que não está incluído no texto inicial porque esta é uma Moção que é apresentada apenas nos Órgãos Municipais e não nos Órgãos Autárquicos de Freguesia.

Disse.

O **Senhor Presidente da Mesa**, perguntou ao plenário se concordam com a inclusão Órgãos Autárquicos de Freguesia, Juntas e Assembleias de Freguesia e de Uniões de Freguesias. Como ninguém se opôs, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Deputado uma nova redação do ponto 3 da Moção.

De seguida passou à votação da Moção, a qual foi aprovada por unanimidade.

b) Outros assuntos de interesse municipal a colocarem pelos Membros Assembleia

O **Senhor Presidente da Mesa** abriu as inscrições para este período e lembrou que os grupos do PS e PSD tinham 26 minutos e a CDU 8 minutos.

A **Senhora Deputada Ariana Fernandes**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de



Assembleia Municipal de Caminha

Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes e Comunicação Social, e disse o seguinte;

“Moledo, tal como outras zonas costeiras, triplica ou mais, o seu número de habitantes durante o verão. Estamos no final de abril, a 2 meses do início da época balnear. Com o início da época balnear surgem, entre outros, os problemas de trânsito e estacionamento.

Uma das medidas que, segundo o Presidente da Junta de Moledo e Cristelo, iria facilitar estes problemas seria a alteração ao trânsito na Avenida Santana.

Na Assembleia Municipal de 27 de abril de 2018 foi aprovada a alteração à postura de trânsito da Avenida Santana em Moledo (alínea M do 3º período da ordem do dia dessa mesma assembleia). 1 ano passou e a postura de trânsito mantém-se.

Fui favorável a esta alteração, tal como se deve lembrar esta Assembleia Municipal. Esperava que tivesse sido realizada antes do início da época balnear de 2018. Tal como o Presidente de Junta, aqui previu.

Como residente na freguesia preocupa-me que passado 1 ano na avenida Santana nada se tenha feito. Moledo tem sido alvo de obras que se vão prolongando, como a de extensão ao Paredão. Lançada em final de setembro de 2017. Esta intervenção foi fortemente criticada pelos moledenses e que até já foi alvo em Assembleia de Freguesia de várias críticas.

Preocupo-me se esta alteração ao trânsito vai cair em esquecimento ou se vai acontecer como no paredão - avança e prolonga-se indefinidamente.

Pergunto ao executivo e ao presidente de junta de Moledo e Cristelo:

- Quando vai a alteração de trânsito na avenida Santana começar? Antes da época balnear de 2019 ou só e 2020? Quanto tempo vai esta obra demorar?
- Aproveito para perguntar também se já há data para a conclusão da obra no paredão?

Obrigada. “



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Vítor Brás**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes e Comunicação Social, e disse o seguinte;

“Começo por dizer que as celebrações do 45º Aniversário de Abril correram bem, aliás não poderia ser de outra forma.

As comemorações tiveram início no dia 13 de Abril com a apresentação do livro “retratos 1970-2018”, a inauguração da exposição de Fotografia “Outros Retratos” e a inauguração da Exposição de Fotografia “Os rapazes dos tanques”.

No dia 24 foi inaugurada a exposição coletiva “45 Artistas, 45 Obras, 45 Anos de Abril”, terminando o dia com o primeiro momento alto das celebrações com as músicas de Abril no cineteatro dos bombeiros de Vila Praia de Âncora. Foi um momento musical e de encenação de excelência.

O segundo momento alto das comemorações de Abril, iniciaram-se com o hastear da Bandeira Nacional na Praça Conselheiro Silva Torres e em seguida na Praça da Republica em Vila Praia de Âncora.

Como vem sendo apanágio nestes anos de governação Socialista no Concelho de Caminha, uma vez mais se realizou a Assembleia Municipal para celebrar Abril com todas as forças políticas com representação na Assembleia Municipal e dando lhes voz.

Relembrar e celebrar Abril é também combater as políticas do medo.

Não se pense que essas políticas se desvaneceram com a queda do regime, não, elas pairaram muito tempo no nosso Concelho de Caminho e não necessitamos recuar 45 anos, basta relembrar alguns anos passados no Concelho de Caminha onde ser ou pensar diferente não era bem aceite.

Combater as políticas do medo foi e continua a ser imperativo.

Defender o povo do Concelho de Caminha dessas políticas foi e continua a ser imperativo.



Assembleia Municipal de Caminha

Hoje vivemos em liberdade e vivemos na Europa, mas continuamos a ter a necessidade de combater as políticas do medo além-fronteiras.

O Partido Socialista esta na primeira linha desse combate e assim queremos continuar.

No próximo dia 26 de maio são as Eleições Europeias, descorar estas eleições julgando ser um ato eleitoral menor, é um erro.

Pensar que não importa, votar ou não votar para o parlamento europeu, é um erro tremendo e nós Partido Socialista temos o dever de alertar as nossas gentes pra esse perigo.

Em primeiro lugar:

Devemos votar com a consciência de quem luta pela Europa, de quem nela quer permanecer, e dos dividendos que Portugal e o Concelho de Caminha podem retirar daí.

Relembro algumas obras que tem vindo a ser realizadas no nosso Concelho com investimento vindo do Fundo Social Europeu e a importância destas eleições Europeias.

Por Exemplo:

- As obras do Saneamento em Âncora;
- Saneamento em Vilar de Mouros
- Saneamento em Argela
- Requalificação do Centro histórico de Caminha e Rua de São João
- Requalificação da Sandia e Vista Alegre
- Construção do Cais dos Pescadores de Caminha
- Eletrificação da Linha do Minho
- Financiamento para a requalificação da Escola Sidónio Pais

Etc. etc.

Estas são algumas das obras cofinanciadas pelos fundos europeus.

Em segundo lugar:

Não votar nestas eleições europeias, deixar que outros decidam por nós, aceitar que as políticas do medo regressem, é como que esquecer ou não dar



Assembleia Municipal de Caminha

valor a um dos direitos conquistados com a revolução do 25 de Abril que é o direito ao voto.

Vejam o caso de Inglaterra onde a taxa de abstenção no referendo foi enorme, onde quem votou ditou a saída de Inglaterra da União Europeia e no cômputo geral a maioria dos cidadãos britânicos não querem sair da União dos Estados Membros.

Votar no próximo dia 26 de maio para as Eleições Europeias é de enorme importância, não podemos deixar que os partidos extremistas e as suas políticas do medo regressem em detrimento do bem-estar na Europa e da liberdade.

Nós por cá, no Concelho de Caminha, queremos contar com a Europa e com os seus apoios para mais investimento, para uma melhor qualidade de vida dos que por cá vivem.

Termino Sr.º Presidente dizendo,

Nós podemos achar que não temos nada a ver com a Europa, mas a Europa tem tudo a ver connosco.”

A **Senhora Deputada Claudia Fernandes**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes e Comunicação Social, e disse o seguinte;

“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Cumprimento na Pessoa do Senhor Presidente todas as pessoas aqui presentes, e as que nos seguem desde casa, via Internet.

Exmo. Senhor Presidente da Câmara, quando foi anunciada, no final do ano de 2016, a notícia de que Caminha tinha acabado de estabelecer uma parceria com a Fundação de Serralves, tornando-se assim a primeira Vila Serralves, percebi que, além do valor intrínseco deste protocolo, pelo prestígio que encerra, esta seria a abertura de um leque de oportunidades para os munícipes deste concelho, suas crianças e associações.



Assembleia Municipal de Caminha

Lembro que Serralves é uma instituição que reconhecemos pelo seu papel na divulgação da contemporaneidade, seja pela sua ação mais mediática, através de grandes exposições, como também na divulgação da música e do cinema mais vanguardista. Paralelamente, a fundação entendeu o papel do Museu de Serralves na educação ambiental e no empreendedorismo artístico, através das suas indústrias criativas.

Somos conscientes de que a abertura do Museu de Serralves marcou um antes e um depois para o Porto, destacando-o na cartografia europeia da Arte Contemporânea, e aumentando exponencialmente o número de visitantes àquela Cidade.

Foi também um marco fundamental na programação cultural portuense, em que os seus cidadãos sempre se sentiram envolvidos, respondendo à chamada com grande participação.

Eram, por isso, grandes as minhas expectativas do que se passaria em Caminha, relativamente ao que nos poderia trazer esta parceria. Superou as mesmas.

A primeira exposição, «Música e Palavras», em 2017, agitou os vários espaços expositivos municipais da vila de Caminha, com mostras desafiadoras, que nos traziam propostas vanguardistas de artes plásticas conjugadas com elementos sonoros, de relevantes artistas internacionais, desde a década de 1970 aos dias atuais.

No ano seguinte, no verão de 2018, tivemos a oportunidade de usufruir de uma exposição antológica de Ângelo de Sousa, «Quase Tudo o que sou Capaz», que reunia com grande qualidade artística e pedagógica as várias fases do trabalho daquele artista. Foi, igualmente, um ativo fundamental para atrair um grande número de visitantes ao nosso Concelho, numa época balnear histórica do ponto de vista turístico.

Noto que estas exposições, que chegam em itinerância, vêm acompanhadas de Formações gratuitas, sobre Serviço Educativo, das quais os agentes



Assembleia Municipal de Caminha

educativos e culturais deste concelho tivemos oportunidade de usufruir, e muito aprender.

Este ano começou com a atenção centrada no nosso público infantil. Como disse, Serralves tem muito consciente o seu papel na educação ambiental dos mais jovens, tendo várias ações de enorme relevância neste setor.

Assim, no mês de Abril, Caminha esteve representada na BioBlitz, uma semana de educação ambiental, aberta em horário letivo para as escolas, e dedicada ao fim de semana às famílias, que puderam participar do programa de atividades e dos espaços expositivos gratuitamente.

O nosso Município participou ativamente, levando não só algumas turmas do primeiro ciclo ao Museu, mas participando inclusivamente do programa oficial, com a exposição de Fotografia de Natureza, de Carlos Venade, enquadrada no tema «Descobre a natureza do parque de Serralves».

Caminha contribuiu também com a apresentação da hora do conto «A maior flor do mundo», única obra infantil e ilustrada do nosso Nobel José Saramago. Igualmente, centenas de crianças dos nossos jardins de infância e escolas do 1º ciclo do ensino básico puderam participar do Programa Con(s)CienciArte, em que tiveram a oportunidade de contactar com Oficinas do Ambiente sobre Biodiversidade, Paisagem, Quinta Pedagógica, e Sustentabilidade e Alterações Climáticas.

Assim, Caminha esteve na linha da frente, tomou parte no ano piloto deste projeto, que conjuga Ciência, Arte, Cidadania e Cultura e Literacia Ambiental, estando já prevista a participação nos dois próximos anos letivos da continuação desta iniciativa, e já tendo as escolas e jardins infantis do nosso Concelho manifestado interesse em participar daquelas, incluindo as que este ano não tiveram disponibilidade de se deslocar, mas conheceram o êxito da iniciativa junto das outras escolas do agrupamento.

Recordo que esta participação é gratuita, pela condição de Caminha ser um Município Serralves.



Assembleia Municipal de Caminha

Além do impacto imediato que estas Oficinas têm na consciência ambiental infantil, o que nos garante esperança nas boas práticas ambientais para o futuro, são também uma excelente forma de abraçar a flexibilização curricular, uma autêntica revolução educativa que este governo operou neste ano letivo, que convida os estudantes a aprender fora da sala de aula, a criar curiosidade pelo que os rodeia, dando as ferramentas necessárias a um maior sucesso escolar e, sobretudo, a entusiasmar os mais pequenos com a escola, a encontrar-lhe valor, e afastando cada vez mais o fantasma do abandono escolar.

Senhor Presidente da Câmara, foi com muito entusiasmo que soube que este verão teremos em Caminha a exposição «Corpo, Abstração e Linguagem», que nos vai trazer a todos a possibilidade de ver a obra de artistas portugueses da maior importância, não só nos circuitos nacionais, como Alberto Carneiro, Álvaro Lapa ou Júlio Pomar, entre outros, mas também com a maior relevância na História da Arte contemporânea mundial, como Vieira da Silva, Paula Rego, Pedro Cabrita Reis, Julião Sarmento e Lourdes Castro.

Caminha esteve desde a primeira hora nesta parceria com Serralves, beneficiou e beneficia do valor inestimável deste protocolo, e foi seguida por municípios como Ponte de Lima e Aveiro, o que demonstra a transversalidade desta iniciativa, que não entende, de maneira nenhuma, de inclinações partidárias.

Esta iniciativa quer antes saber de pessoas, miúdas e graúdas, do seu crescimento, do seu pensamento, do desenvolvimento da consciência crítica, da sua formação, da abertura de horizontes, da possibilidade da cultura ser descentralizada, da cultura chegar a todos, e fundamentalmente, da igualdade de oportunidades para usufruir de cultura de alto nível, independentemente do lugar em que vivam.

O Senhor Presidente teve a sensibilidade de dar esse cunho à sua ação neste município. Fez-nos partícipes deste movimento inédito de descentralização da cultura, progressista e cosmopolita, que marca, tal como na casa mãe, um



Assembleia Municipal de Caminha

antes e um depois no concelho de Caminha. Muito temos a agradecer-lhe por isso.

Disse.”

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, deu início à sua intervenção e disse o seguinte;

“Na última Assembleia municipal ordinária desafiámos o executivo e todos os membros desta assembleia a fazerem um périplo pela Avenida Dr. Ramos Pereira, em Vila Praia de Âncora, para que pudéssemos hoje compreender melhor a situação para que temos vindo a chamar à atenção. O exemplo da Avenida Dr. Ramos Pereira, em Vila Praia de Âncora não é única, embora Vila Praia de Âncora lidere em ocupação de espaço público ao arrepio do Regulamento Municipal. Na última reunião da Comissão Permanente desta Assembleia foi requerido por todos os partidos políticos cópias do licenciamento de ocupação e instalação de estruturas fixas, em alguns casos consideradas mesmo edificações a partir do solo, das áreas públicas, respetivos pareceres, decisões e valores pagos, para que esta assembleia pudesse na verdade exercer o seu direito de fiscalização da ação da Câmara Municipal.

A verdade é que iniciámos esta assembleia sem termos em nossa posse a documentação requerida, estando assim coartados do exercício desta competência.

Há sensivelmente um ano alertámos para esta situação de ocupação sem enquadramento regulamentar, tendo mesmo referido que com a indiferença da Câmara Municipal de Caminha os proprietários dos estabelecimentos poderiam proliferar em estruturas e áreas ocupadas, convictos, pelo exemplo acumulado, que a situação seria regular e regulamentar, não sendo correto que a Câmara, permissiva ou desatenta, venha mais tarde obrigar a correções, perdendo os proprietários o seu investimento.



Handwritten signature in blue ink.

Assembleia Municipal de Caminha

Ora na verdade, nem o regulamento foi alterado, nem houve qualquer correção ou sensibilização. Resultado, as estruturas rígidas aumentaram, em número e área, estando agora também por praticamente todas as zonas nobres de Vila Praia de Âncora e noutras freguesias do concelho. Cada um decide o que constrói e como constrói; os parques estacionamento são engolidos; a mobilidade das pessoas é posta em causa; há ruas onde o trânsito automóvel se faz a custo; há invasão de ruas com plataformas que rapidamente se cobrem gerando verdadeiras edificações; há ocupação de lugares de estacionamento com cadeiras, mesas ou vasos; há esplanadas que crescem a cada dia; há instalação de coberturas fixas fora da traça arquitetónica, etc.

É, em nosso entender urgente que se decida de vez aquilo que no concelho de Caminha, e particularmente em Vila Praia de Âncora, se entende por ocupação do espaço público. E não tem mal algum que a Câmara proponha a esta Assembleia um regulamento que assuma como normal o estado caótico, contrário ao cuidado urbanístico e à necessária facilidade nas acessibilidades, sobretudo pensando naqueles que têm mobilidade reduzida, ou de alguma forma condicionada, quer de forma permanente, quer de forma temporária. Depois caberá a todos a decisão. O que não pode acontecer é o que se verifica atualmente em que os regulamentos são desrespeitados e os proprietários, por inépcia ou falta de ação da Câmara, são levados a fazer investimentos que poderão perder. Frisamos que uma Câmara atuante nesta matéria evitaria esta situação que se vive e, sobretudo, geraria um sentimento de maior igualdade entre a população. Reparem que um carro estacionado em local não permitido, mesmo que não prejudique, aparentemente, ninguém, é alvo de atuação das autoridades. Já a ocupação não prevista em regulamento municipal, é ignorada. Junto com estas matérias de impacto visual, há também impactos ambientais, havendo uma mais fácil proliferação de resíduos, que terminam inevitavelmente no espaço público. Já se questionaram também, por exemplo, sobre que a limpeza do espaço público que é feita a expensas públicas, mas que, em algumas situações, a ocupação é privada?



Assembleia Municipal de Caminha

A verdade é que aparentemente a Câmara Municipal não parece valorizar a função primeira dos passeios, praças, pracetas e largos. Nas obras de requalificação do espaço urbano da sandia, por exemplo, os passeios são zonas reservadas a pedras e postes, havendo locais onde nem uma criança passa, como acontece na rua de Gontinhães. Insistimos por isso para que esta matéria seja definitivamente colocada na agenda da Câmara, mantendo o requerimento feito através do presidente da Assembleia Municipal para que a Assembleia Municipal de Caminha cumpra assim as atribuições que a lei lhe confere. Ainda lembramos como o regulamento especial e excecional tinha a boa intenção de criar um corredor de esplanadas que tornaria a uma melhor fruição do espaço ribeirinho. Ainda lembramos também como antes, nos mandatos do PSD, o passeio poente da Avenida Dr. Ramos Pereira se reduziu a metade porque passou a ser partilhado com ciclovia. Ora que as pessoas não podem passear no passeio poente e o nascente está ocupado, decidam onde colocaremos as zonas pedonais.

Não terminamos sem salientar que o espaço público é reservado ao interesse coletivo. Assim, se for do interesse coletivo abdicar de passeios, de mobiliário urbano público e do traço arquitetónico das nossas ruas e praças, assumam-se essa nova forma de olhar o urbanismo. Não esqueçam, contudo, que, para que Vila Praia de Âncora, bem como todo o concelho de Caminha, aumentem ainda mais o número de visitantes, é necessário aumentar disponibilidades de estacionamento, e não de as diminuir, e facilitar o fluxo de viaturas e pessoas. Se os estabelecimentos existentes são insuficientes, haverá sempre a possibilidade de novos poderem abrir e iniciar a sua atividade.

Tudo está em aberto, sendo sempre importante, em nosso entender, neste momento, encontrar uma solução que acautele todas as questões aqui levantadas, e a fuga ou evitar constantemente discutir esta matéria não é solução para o problema; apenas o agudiza, prejudicando de sobremaneira a solução para o problema.



Assembleia Municipal de Caminha

A solução tanto pode passar pelo respeito pelo atual regulamento como pela sua alteração, ou pela uniformização da ocupação por zonas do território, ou por horas do dia, ou ainda por outra qualquer, encontrada no diálogo entre todos.

Disse.”

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, os Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Munícipes e Comunicação Social, e disse que agradece todas as intervenções que ali fizeram.

Quanto à intervenção da Senhora Deputada Ariana Fernandes, disse o Senhor Presidente relativamente ao trânsito e estacionamento que a intervenção que se vai ali realizar na Avenida de Santana está aprovada com os diversos pareceres, no entanto, aquilo que está a acontecer é uma gestão financeira, ou seja, só se vai fazer a pintura necessária para a criação de estacionamento e circulação daquela zona no momento em que houver uma intervenção de fundo que permita poupar, porque, para se contratar uma empresa apenas fazer essa intervenção pede o dobro do preço, e aquilo que se está a prever fazer é que quando se fizer a pintura da Estrada Nacional n.º 301 até Vilar de Mouros, que deverá começar no dia 7 de maio, face informações da empresa, a ideia é que essa empresa possa realizar esse trabalho a um preço mais aceite do que se fizer apenas para esse local. Disse ainda o Senhor Presidente que esta intervenção não só vai resolver a questão do estacionamento na Avenida de Santana, mas também o apoio de estacionamento à praia de Moledo, e como todos sabem Caminha tem crescido em termos de Turismo, mas, Moledo também e neste último ano em particular foi muito difícil o estacionamento em dias médios de praia, no entanto, tem que se encontrar soluções e uma delas passa pela Avenida de Santana, e faz com que o acesso à praia se possa fazer pelo Túnel da Pia dos Burros, e pela passagem de nível, e a expectativa do executivo é que no decorrer dessa obra isso possa acontecer.



Assembleia Municipal de Caminha

Quanto ao Paredão de Moledo, disse o Senhor Presidente que a Senhora Deputada tem razão quando diz que a obra demora mais tempo do que aquilo que devia, ele como Presidente da Câmara é o primeiro a querer que a obra se resolva, aliás, ele é aquele que tem interesse que uma obra tão desejada, e tão conseguida que avance e não se torne um problema mas sim uma solução, e desse ponto de vista o que o executivo quer é que as coisa pudessem andar, contudo, foram penalizados por algo que é bom, é que aquela obra é uma obra de autor, é uma obra de arquitetura, a qual teve várias interrupções que não permitia aquilo que são os direitos do autor que se pudesse avançar, houve alterações de planos, existia uma contestação popular sobre a questão das casas de banho, foi possível acomodar uma solução que não estava no projeto inicial, ou seja, houve todos estes problemas, mas, já se percebe que a obra já está na fase final, apenas falta a pavimentação da parte superior do paredão. Esta é uma obra que vai dignificar aquela zona de Moledo, e na verdade aquele que será o mais interessado que a obra termine é o Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores.

Quanto às intervenções que o Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, o Senhor Presidente disse que as cópias de documentos relativos ao espaço publico, o executivo não foi interpelado para essa matéria, porém, tem todo o gosto em dar nota daquilo que são as decisões da Câmara, quer sobre deferimento ou indeferimentos que foram feitos de esplanada, quer sobre as diversas fiscalizações que também foram feitos. Disse ainda o Senhor Presidente que relativamente às esplanadas , aquilo que Câmara Municipal fez, foi criar condições na Avenida Ramos Pereira, para que aquela Avenida pudesse ser usufruída, não só pelos que caminham, pelos que andam de bicicletas, mas também por aqueles que queiram estar nas esplanadas aproveitar aquela paisagem e usufruir do nosso comercio e de uma industria, que é a industria do turismo, e isso genericamente foi conseguido, por muitas vezes que ali se vá questionar uma ou outra questão, na verdade é que a Avenida Ramos Pereira com a colocação de flores naturais, e com a colocação



Handwritten signature in blue ink.

Assembleia Municipal de Caminha

de esplanadas está mais bonita, mais atrativa e tem mais gente, e os restaurantes são muito claros nessa matéria, no entanto, o executivo atua sempre a partir da observação do ponto de vista que os fiscais fazem, ou então das diversas queixas que são apresentadas, e muitas vezes as queixas apresentadas são entre restaurantes e isso é uma medida que é preciso acautelar, e nem sempre essas questões tem essas motivações boas que o Senhor Deputado tem, no entanto, o executivo tenta sempre encontrar soluções, e essas soluções tem que ser adequadas aos locais, e para isso tem que se saber o que ali se está a passar. Disse ainda o Senhor Presidente que também é favorável a que as pessoas possam usufruir do espaço publico nas suas caminhadas, e por isso é que a obra da Sandia e Vista Alegre ao contrario daquilo que ali deixou, deveria ser elogiada, porque é isso que vai permitir que as pessoas tenham passeios, e esta obra já não deveria ser apresentada à chegada do Século XXI, mas, aquilo que a Câmara está a fazer é criar passeios para que as pessoas andem, é uma novidade naquela zona de Vila Praia de Âncora e alguns dos postes que ainda hoje lá se encontram são comitentes aos novos postes que são aqueles que estão junto à berma e vai ficar em condições, e por isso o executivo vai ter que tomar decisões, ou mandam os carros ou as pessoas, e está a trabalhar para que as pessoas sejam o centro das atenções na obra da Vista Alegre, não cortando estacionamento, embora em tese para que aqueles prédios fossem todos licenciados deveriam ter garantido estacionamento para todas as pessoas que ali vivem, porém , não se vai voltar 10,20 ou 30 anos atrás, mas, aquilo que o executivo fez foi criar condições de estacionamento para que as pessoas possam andar nos novos passeios. E para que isso pudesse acontecer o executivo reuniu com a Junta de Freguesia, e com a população para que haja uma circulação automóvel especialmente num sentido único e mais circular, e agradece à Junta de Freguesia todo a capacidade e a vontade que teve em trabalhar com o executivo para encontrar soluções junto da população.



Assembleia Municipal de Caminha

Voltando à Avenida Ramos Pereira, disse o Senhor Presidente que o executivo está disponível para fazer a fiscalização que é necessária e resolver os problemas, encontrando soluções, no entanto, aquilo que se tem que saber é que hoje se tem uma realidade que se trata da qualidade das esplanadas e dos restaurantes e que atrai milhares de pessoas, e na verdade aquilo que o preocupa mais nos passeios no lado nascente da Avenida Ramos Pereira, não é tanto a passagem de um volume enorme de pessoas, porque o passeio faz-se a poente, porém, aquilo que se tem que acautelar é que as pessoas daquelas casas tem que sair, tem que passar carrinhos de bebé ou cadeiras de rodas, isso é uma questão que o preocupa, no entanto, é preciso ter algum cuidado que por detrás desse discurso de benevolência que até percebe e que se deve qualificar ainda mais, as vezes existe o intuito de querer acabar com algo que foi muito importante para aqueles restaurantes e muito importante para a economia local que são as esplanadas que ali estão, e por isso tem que se acautelar isto de maneira a não se criar um problema para aqueles restaurantes que são muito sensíveis a esse tipo de fiscalização, uma autuação da Câmara Municipal cria graves prejuízos, pois, trata-se de uma matéria que se tem ir lidando, assim, como em outras freguesias de Caminha, e ainda bem que cada vez à mais ocupação de espaço público, cada vez existe mais negócio, mais comércio e mais emprego, e isso trata-se de uma boa notícia, contudo, fica registada a opinião do Senhor Deputado sobre o facto das esplanadas não estarem em linha com a traça arquitetónica dos espaços, essa é uma opinião, no entanto, os serviços da Câmara Municipal tem técnicos avalizados, arquitetos e engenheiros não tem essa opinião sobre as esplanadas que licenciam e são eles que as avaliam, mas, refere o Senhor Presidente que nessa matéria não perde muito tempo a dirimir a sua opinião com os técnicos, ou seja, os técnicos decidem de acordo com as regras estipuladas, e é assim que se procede, agora, é o primeiro a admitir que existem problemas ali, mas também existem em outros lados, como em Caminha, e tem que se agir quanto a essas matérias, e estão preparados para



Assembleia Municipal de Caminha

o fazer, como por exemplo na segunda fase de intervenção no Centro Histórico de Caminha, a obra vai passar pela Rua de São João, pela Praça Conselheiros Silva Torres e vai criar ali uma zona de esplanada total, sem estacionamento, e nessa matéria espera que todos o acompanhem a defender a pedonalização desses espaços, a capacidade das pessoas poderem brincar e agir no espaço e o controlo da fiscalização junto das esplanadas, porque nestes últimos anos foi feito um esforço para que esses espaços públicos fossem pagos por aqueles que usam o espaço, mas, se lhe perguntarem se os metros quadrados utilizados são aqueles que são pagos, acha que não, mas, cabe ao executivo traçar mecanismos de controlo dessas esplanadas e a torná-las mais bonitas, e no caso do Terreiro existe essa oportunidade com a intervenção que se fará no Centro Histórico, uma obra que gostaria que avançasse a seguir as férias de Verão.

Quanto à intervenção da Senhora Deputada Cláudia Fernandes, disse o Senhor Presidente que ainda bem que ali foi lembrar a questão de Serralves, porque durante dois anos foi motivo de discursão política e de troca de acusações, que a Câmara Municipal estava a despende de quantias enormíssimas com algo que não valia nada, mas, o Senhor Presidente julga que já se começam a aperceber ali na Assembleia e a comunidade a importância de se ter uma parceria com uma Fundação de renome internacional, que trabalha a cultura ao nível mundial, e isso é importante para Caminha. Disse ainda o Senhor Presidente que está muito à vontade naquilo que é a visão partidária das questões, porque como referiu logo a seguir à Câmara Municipal ter aderido à Fundação de Serralves, quer Ponte de Lima, que está a ser liderada pelo CDS, quer Aveiro que é uma Capital de Distrito, que está a ser liderada pelo PSD, e existem pessoas do PSD e do CDS que percebem a valia cultural de uma parceria com Serralves, em Caminha não há, mas, no País há, e isso é importante, o que quer dizer que estamos certos no caminho que se está a seguir, porque se junta isso com o trabalho que se faz com as Associações Locais, não se escolhem umas em detrimento de outras,



Assembleia Municipal de Caminha

investimos no Associativismo Local, na cultural local, mas, também trabalhamos com quem vem de fora, e ainda agora se juntou a componente da formação ambiental e da formação, ou seja, existe algo que está acontecer no Concelho de Caminha, foram 400 crianças dos jardins de infância e do primeiro ciclo a ir a Serralves, mas, inicialmente não era este o número, porém, a exigência do Agrupamento de Escolas e dos alunos e dos professores foi fantástica que permitiu alargar a ação da Câmara Municipal nesta matéria. Disse ainda o Senhor Presidente que são verdade as informações sobre Verão, vai haver uma forte exposição que vem logo a seguir à exposição de Alfredo Cunha, o fotografo autêntico do 25 de Abril, o que engrandece o Concelho de Caminha. Disse ainda o Senhor Presidente que esteve numa apresentação de um livro e na criação de uma rede dos amigos das Bibliotecas de Caminha, onde estavam figuras como Severino Simões, ou, António Pedro Vasconcelos, e aquilo que se ouviu ali dizer é que Caminha tem feito um trabalho extraordinária do ponto de vista Cultural, tem-se afirmado e que isto é uma espécie de resposta de arrastamento da cidadania e das pessoas que querem vir a Caminha, pode-se até dizer que este é um meio pequeno no contexto nacional, mas, que está a trabalhar bem nesta matéria, e se todos pudessem assistir a conferências como esta, e exposições fotográficas como a de Alfredo Cunha e a espetáculos extraordinários como aquele que aconteceu no Cineteatro dos Bombeiros Voluntários de Vila Praia de Âncora no 24 de abril, ter-se-ia o reconhecimento desse trabalho, mas, se não se vai a lado nenhum, a verdade é que não se pode dar esse reconhecimento.

O Senhor Presidente da Mesa, propôs o período de réplica.

O Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, disse ao Senhor Presidente que a CDU compreende que esta matéria é muito sensível, e, prezando nele a sua memória, iniciaria pela obra da Vista Alegre – Sandia em Vila Praia de Âncora. Referiu que no momento da obra da Sandia e Vista Alegre, a CDU



Assembleia Municipal de Caminha

esteve de acordo com ela; essa foi mesmo uma obra que a CDU aprovou, e se o fez é porque estavam satisfeitos com ela. E como estiveram de acordo com a obra, agora também estavam atentos à execução da mesma. O mesmo aconteceu, disse, há um ano atrás quando se falava no Cais da Rua. A obra estava praticamente concluída, mas havia ainda algum tempo para afinar algumas situações que ainda não eram muito corretas e que poderiam ser corrigidas, e em tempo útil chamaram a atenção para que a Câmara pudesse fazer alguma diligência em corrigir essas matérias. Infelizmente, disse, numa nota à parte, que estas não foram corrigidas. Disse ainda o Senhor Deputado que relativamente à Sandia o que fazem agora é o mesmo. Aquilo que quiseram dizer é que na verdade, mesmo que coexistindo postes antigos e atuais, e que os antigos sejam para remover, há pedras que ocupam passeios, apelando a que o Sr. Presidente e todos os técnicos da Câmara olhem com a atenção devida para que a obra não termine assim.

Quanto ao espaço público, disse o Senhor Deputado que não é só em Vila Praia de Âncora, mas um pouco por todo Concelho, que o que está a acontecer é que, havendo Regulamento de Ocupação desse espaço público, este seja desrespeitado e se argumente apenas com o facto de a ocupação do espaço público com esplanadas seja uma boa forma de o ocupar, independentemente dos princípios e regras do regulamento. Mais disse que em entender da CDU, até são uma boa forma. Lembrou ainda que há sensivelmente dois anos o disseram nesta mesma assembleia, afirmando que provavelmente ninguém gostaria mais de esplanadas que a CDU. E a CDU deu dois anos para que houvesse investimento na organização do espaço. Continuou dizendo que a sua intervenção não tem cariz de fiscalização no sentido de quartar a liberdade das pessoas, de poder crescer e embelezar o espaço e torná-lo mais fruível e utilizável por todos aqueles que querem usar as esplanadas, porém carece, neste momento, de cumprimento de acordo com o regulamento. Não se pode ter esplanadas que comecem junto ao estabelecimento, como não diz o regulamento, e outras que começam depois, como diz o regulamento, existindo



Assembleia Municipal de Caminha

espaço de passagem numas e noutras não. E este ziguezague é que se torna complicado. Não pode V. Exa. dizer que a preocupação não é com o passeio nascente indicando o poente para as pessoas passearem, quando ainda nos últimos dias se festejava o 25 de Abril. Hoje o Senhor Presidente vem ali dizer que as pessoas não têm liberdade de escolher qual o passeio que querem, quando, na verdade, tem com certeza a liberdade de escolha, e se querem passear no passeio nascente, é lá que devem passear. Porém, V. Exa. tão pouco fez o exercício que lhe tinha pedido, provavelmente por falta de tempo. Imagine alguém que queira usar as esplanadas e que estacione junto ao Posto de Turismo e tenha uma cadeira de rodas. Não vai de facto conseguir usufruir das esplanadas porque precisamente existe logo no primeiro estabelecimento uma estrutura física rígida que corta completamente o passeio, obrigando a que a pessoa tenha que descer por um desnível elevado, que dá acesso a uma garagem, e que não tem acesso para entrar depois no passadiço. Era isso que se tinha pedido. Um simples exercício; não se pediu jamais para acabar com as esplanadas, como é lógico. As esplanadas até podem crescer e serem criadas mais disponibilidades para as pessoas. Mas, o facto é que se precisa urgentemente de um novo ordenamento. Esta é a verdade, disse. E quando desafiámos afirmando que está tudo em aberto, e está realmente tudo em aberto, nomeadamente uma requalificação profunda daquele espaço, porque as requalificações que foram realizadas já passaram. Por isso é que se citou a obra feita pelo anterior executivo relativamente à divisão do passeio poente, que até é o principal para V. Exa. e que ficou dividido a meio, provocando limitação de fruição pedonal, particularmente no momento que se vive, com o aumento de turistas no Concelho de Caminha e, logicamente, em Vila Praia de Âncora. Temos o passeio poente dividido para mais gente e, estando limitado o passeio nascente, gera-se o caos para as pessoas usufruírem daquela paisagem. Disse ainda o Senhor Deputado que aquilo que urge é adequar aquilo que se tem em termos regulamentares com aquelas que são as práticas que lá se verificam. Encerrar esplanadas não é a nossa pretensão, nem



Assembleia Municipal de Caminha

valorizamos a queixa pela queixa. É muito mais relevante, disse, melhorar aquele espaço para que toda a gente o possa usar, para quem tem uma perspetiva mais comercial e industrial daquele espaço, também o possa fazer, para quem tem o hábito de o utilizar para lazer, que o possa fazer, mas, com mais condições de segurança, alertando-se para as esplanadas que se instalam em faixas de rodagem, gerando situações de perigo. Urge assim melhorar aquele espaço de certeza que todos ficam a ganhar.

Para terminar, quanto ao requerimento que foi feito, disse o Senhor Deputado, que não foi feito pela CDU. O que aconteceu foi que em reunião de comissão permanente, ficou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal encarregue de fazer chegar ao Senhor Presidente esta vontade de todos os partidos, de se ter acesso a essa documentação, para que se possa averiguar se há ou não alguma desconformidade entre aquilo que tem sido aprovado e aqueles que são os regulamentos em vigor.

Disse.

3.º – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

a) – Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo

b) Aprovação da ata da sessão ordinária de 22 de fevereiro 2019

Assembleia Municipal submeteu à discussão e votou a proposta, relativa à **“Ata da Sessão ordinária de 22 de fevereiro 2019”**, que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.



Assembleia Municipal de Caminha

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 31 votos a favor, 0 votos contra e 04 abstenções, as quais se devem ao facto de não terem estado presentes na referida sessão.

c) Documento de Prestação de Contas do Exercício de 2018

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de quinze de abril de dois mil e dezanove, relativa ao “**Documento de Prestação de Contas do Exercício de 2018**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea l) do n.º2 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal apreciar o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação, bem como apreciar e votar os documentos de prestação de contas, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprecie e aprove o “Documento de Prestação de Contas do Exercício de 2018”.

O **Senhor Deputado Pedro Casal**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes e Comunicação Social, e disse o seguinte;

“Hoje são apresentadas as contas do exercício de 2018.

Vou fazer uma breve análise às mesmas.

Como era de esperar, infelizmente, o executivo municipal apresenta um saldo negativo de cerca de 1,5 milhões de euros. Desde o início dos mandatos do PS em 2013 que não conhecemos outra situação senão ter constantemente prejuízo. Isto deve-se à elaboração de Orçamentos irrealistas e impossíveis de por em prática.



Assembleia Municipal de Caminha

Não se admite para sermos rigorosos que a receita cobrada seja inferior em cerca de 6 milhões de euros à receita orçamentada. E para este ano tudo indica que ainda será pior.

Desde 2014 que os ativos diminuem ano após ano, o passivo aumenta ano após ano e os fundos próprios caem todos os anos, perdendo 8 milhões de euros em cinco anos.

As dívidas a fornecedores cresceram 2 milhões de euros em 2018 aumentando quase para o dobro. As dívidas a terceiros a curto prazo já vão em 11,5 milhões de euros. O prazo médio de pagamento é de 269 dias, ou seja, nove meses, quando o recomendado pelo governo é de 90 dias.

Mais grave ainda o valor limite da dívida total permitida por lei no valor de 21 200 000 euros já foi ultrapassada em 652 000 euros perfazendo um total de 21 860 000 euros.

Esta é a gestão socialista do município, cada vez mais pobres, cada vez mais endividados. Por isso os munícipes são massacrados com aumentos de impostos para o valor máxima permitido por lei e aumento estratosférico das tarifas da água e do saneamento.

Caminhamos alegremente para o abismo.

Disse.”

O Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, deu início à sua intervenção e disse o seguinte;

“A cada ano, com a apresentação e discussão do documento de prestação de contas a CDU espera nela ver a recuperação prometida pelo executivo camarário durante o seu primeiro mandato. É verdade que o atual presidente da Câmara Municipal de Caminha não negou que este não seria um processo imediato, o que facilmente se compreender face à dimensão do município no confronto com a dimensão do problema financeira que carrega há já longos anos. Algumas opções erradas, associadas aos compromissos eleitorais, podem ter estado na origem do atraso maior nesta recuperação, mas o certo é



Assembleia Municipal de Caminha

que não tem havido uma tendência marcada na correção das finanças municipais, nem no sentido contrário, de resto.

A verdade é que em 2017, apreciando o exercício de 2016, fomos confrontados com um resultado negativo de perto de 1 M€, com uma taxa de execução orçamental na ordem dos 87%. O ano passado vimos o exercício de 2017 superar os 2 M€ negativos. Este ano, vendo o exercício de 2018, contamos com cerca de 1,5 M€ negativos, voltando à aparente correção das contas.

Este exercício que aqui fazemos de apreciação deste instrumento de controlo financeiro, observados os preceitos legais atestados pelo revisor, não nos obriga apenas a leituras técnicas, mas também a leituras políticas, e é aí que a base da apreciação nesta assembleia deve até, em nosso entender, assentar. E neste pressuposto começam de facto a escassear argumentos válidos para justificar a dificuldade em sair destes números e em sanear as contas públicas municipais. Mais que um exercício de Assembleia Municipal, este é o momento de uma reflexão profunda por parte do executivo da Câmara Municipal. É que os problemas apontados como areia na engrenagem neste processo progressivo de recuperação da saúde das contas do município ainda persistem por resolver. O problema da PPP aguarda em lista de espera, os empréstimos bancários continuam a ter de ser pagos, os acordos de pagamento que se vão fazendo parecem nada resolver e não parece haver solução para o fornecimento de bens e serviços. Não desconfiamos das boas intenções do executivo, e reconhecemos que o PSD tão pouco pode embandeirar em arco com os números, porque na sua gestão o município conheceu os valores mais negativos de sempre, do que é exemplo o exercício de 2011 com um valor negativo de 2,7 M€.

A CDU nunca esteve representada na Câmara Municipal de Caminha, mas sempre esteve disponível, e estará, para apoiar a construção de soluções financeiras, sob compromissos sérios por parte do executivo. Nunca nos negamos a esses compromissos, o que não podem é esperar que a CDU defenda o que para nós é indefensável como o que fizeram com a água. Para



Assembleia Municipal de Caminha

encontrar soluções de compromisso é necessário avançar mais; é necessário construir pontes e não apenas deixar a pairar a ideia de que é possível contar com os partidos políticos da oposição para apenas apoiar as decisões do executivo municipal.

Urge olhar com atenção este documento sobretudo para perceber o erro político das pontas deixadas para trás, mesmo que no plano técnico existam muitas formas de as tratar, no entanto, todos recordamos que uma bandeira deste executivo foi a verdade dos números. No entanto consideram saldos de anos anteriores com valores dificilmente realizáveis, como é o caso do saldo de praticamente de 1,3 M€ relativo ao Ferryboat no diferendo com o Município de La Guardia, quando este apenas reconhece menos de 200 000 €.

Num domínio diferente está a persistência em dotar o município de procedimentos que garantam correspondência entre os registos matriciais, os registos prediais e os registos financeiros relativos aos imóveis do município, podendo esta situação gerar futuramente efeitos potencialmente nefastos para o município.

O risco associado aos vários processos judiciais contra o município, maioritariamente de mandatos do PSD, é certo, mas que são na verdade contra o município e é por isso ao órgão Câmara Municipal que cumpre resolver, mas dizia que o risco de pagamento de indemnizações que podem ascender a mais de 2M€ é demasiado elevado, levando, no pior cenário, à rutura financeira municipal por não termos provisões.

Por tudo isto, não se trata de verificar se as contas estão certas ou não. Do que se trata é do que poderemos fazer para resolver o problema. A Câmara não deve esperar pelos documentos de prestação de contas para confrontar a Assembleia Municipal com estes números. Desta forma apenas demonstra incapacidade de resolução, o que pode até ser injusto porque como todos sabemos há conjunturas realmente difíceis. E saiba a Câmara Municipal que, seguramente, ninguém nesta assembleia sai satisfeito com contas negativas. Ninguém nesta assembleia quer que o seu município seja identificado por estas



Assembleia Municipal de Caminha

contas. Ninguém nesta assembleia deseja os piores cenários nos anos que se aproximam, mesmo que a CDU os anteveja como difíceis pelas soluções encontradas pela Câmara Municipal. Não serão as subidas nas taxas de IMI ou outras que serão suficientes para sanear as finanças municipais. Não será seguramente com a aceitação de competências sem garantias do endossamento financeiro correspondente que aliviará as contas municipais. Assim, no domínio técnico contabilístico, a Certificação Legal das Contas, da responsabilidade da CARLOS TEIXEIRA, NOÉ GOMES & ASSOCIADO, LDA, é clara afirmando que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Município de Caminha, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e previstos no POCAL, não havendo, por isso, dúvidas legais. Se o auditor revisor não encontra nas contas matéria que sustente a sua reprovação, não será a assembleia que votará contra, tendo em conta os dados disponíveis, e salvo alguma matéria ou interpretação que possa ainda surgir. Não deixamos, contudo, que criticar a forma extensa, de difícil leitura e apresentação deste documento, feito na verdade para economistas e contabilistas e não para eleitos municipais, dificultando a discussão política ainda mais profunda.

Por isso mesmo, a leitura política que dele fazemos impele-nos a considerar que o executivo não merece uma aprovação, antes pelo contrário. No entanto, porque estamos cientes do que significam contas não aprovadas e as repercussões que daí derivam, o documento não será reprovado pela CDU.

Concluimos, finalmente, com um dado deste documento que nos preocupa e que é a superação do valor do limite da dívida total prevista para 2018, em mais de 0,5 M€. É um valor demasiado elevado para não ser aqui justificado pela Câmara Municipal.

Disse.”



Assembleia Municipal de Caminha

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes e Comunicação Social, e disse o seguinte;

“A difícil realidade em que o Município vive, num desequilíbrio enorme entre receita e despesa é aquilo que se reflete neste Relatório e Contas 2018. Um resultado negativo de 1,5 milhões e uma dívida a curta prazo que continua a aumentar. Este é um cenário triste, preocupante, mas realista e coerente com tudo aquilo que tem vindo a ser dito pelo executivo ao longo dos anos. Não há milagres, os números estão aí, a realidade é esta. Mas, este relatório e estas contas apesar deste número final vêm, no entanto, comprovar o seguinte: o esforço que se tem vindo a fazer, a estratégia que se tem vindo a seguir vai valer a pena. Vejamos:

O resultado líquido do exercício, embora negativo, é melhor que o do ano passado em 570 mil euros representa uma baixa de 27%

As despesas correntes diminuíram 400 mil euros – uma baixa de 3,2%

O investimento aumentou 1.7 milhões - um aumento de 57% relativamente a 2017, só aqui a Câmara investiu 4.7 milhões em obra durante 2018!

A dívida a médio e longo prazo diminuiu 2.9 milhões, ou seja, menos 20%

O apoio às freguesias foi o maior de sempre – 720 mil euros em despesas correntes e despesas de Capital.

Não tenhamos dúvidas de que um exercício negativo de 1.5 milhões é pesado, mas também não tenhamos dúvidas de que estamos no caminho certo para reverter esta situação e prova disso são os números que anteriormente referi, despesas correntes e resultado negativo a baixar, investimento a subir!

Todos somos responsáveis, todos temos de responder, uns mais que outros, todos temos de ter a hombridade e a coragem de reconhecer aquilo que de bom foi feito, aquilo de mau foi feito e aquilo que está por fazer.

Ontem, festejamos o 25 de Abril e ontem falamos em democracia e em liberdade e ontem ouvimos as diversas intervenções e numa delas dizia-se



Assembleia Municipal de Caminha

que: “o sentido de responsabilidade daqueles que intervêm no debate político, seja a que nível for, é tao fundamental para a democracia e que os esforços para propagar a mentiras, seja por que meio for, são perturbadores”. Belas palavras estas, pena é que não sejam seguidas à risca pelo coletivo que as proferiu!

Também ouvimos dizer nesse mesmo discurso que “quando se repetem ataques pessoais, difamações e se insiste na desqualificação dos adversários, não se presta um bom serviço à democracia nem aos munícipes. Belas palavras estas pena não serem seguidas pelo coletivo que as proferiu!

Falar dos processos judiciais herdados e das sentenças não cumpridas, criticar a preocupação que se teve ao baixar impostos, falar do aumento do prazo de pagamento a fornecedores são argumentos que ficam mal a quem os utiliza. Quem não cumpriu sentenças judiciais e deixou para os outros resolverem? Quem deixou faturas guardadas em gavetas? Quem contraiu empréstimos para pagar a fornecedores e utilizou o dinheiro para outros fins? Quem estabeleceu parcerias ruins com PPP's que estão, essas sim, a hipotecar o nosso presente e quem sabe o nosso futuro?

Acusam o executivo de ser despesista, mas os números dizem nos que este executivo gasta menos que o executivo anterior, dizem que este executivo é irresponsável por ter baixado a receita de imposto, os números dizem-nos que a receita de impostos subiu nos últimos 5 anos, dizem que só falamos do passado, verdade porque falamos daquilo que tivemos de pagar por erros e má gestão passada. Só faltaria esconder isso das contas!

Bem que gostaríamos de não falar do passado, bem que gostaríamos de estar aqui a falar de um presente risonho e de um futuro promissor.

Infelizmente, temos de falar do passado pois esse passado que muitos teimam em querer apagar, levou-nos a um presente cinzento com uma situação financeira desequilibrada. Quem a fartazana gastou não foi certamente este executivo pois não tinha para gastar. Lembram-se quando se dizia que “não havia dinheiro para comprar um prego”, não havia mesmo! O PSD chegou a



Assembleia Municipal de Caminha

fazer desta frase “bandeira preferencial “para atacar em diversos discursos! Riam-se, diziam que tinham deixado milhões....

Este documento espelha uma realidade difícil que o Município vive, de um desequilíbrio enorme entre a receita e a despesa, é coerente com tudo o que se tem vindo a dizer nos últimos anos. Este relatório prova o esforço que se tem vindo a fazer e prova que o caminho trilhado é aquele que tem de ser feito. Disse.”

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, disse que este relatório de contas, não é o relatório de contas que este executivo gostaria de apresentar nesta Assembleia Municipal, e que com a mesma realidade era possível apresentar um relatório diferente, mas, não seria um relatório verdadeiro que honrasse a verdade dos factos, e serviria apenas para disfarçar este momento e continuava-se a trabalhar sobre essa ilusão, porém, aquilo que se passa na Câmara Municipal já se passa há muito tempo e não houve um segundo desde que foi eleito em outubro de 2013, em que tivesse referido que a Câmara estava fantástica, que tudo estivesse a correr bem quando se estava a falar de contas. Disse ainda o Senhor Presidente que com as reuniões que tem com as Associações, com as Juntas de Freguesia, com os promotores privados, com a população a exigência é máxima, para que se faça obra, investimento, para que os subsídios aumentem e para que as transferências também cresçam, mas, não tem memória ao longo destes cinco anos em que tenha dito em alguma reunião com estes agentes que é para cortar um pouco porque se consegue trabalhar de outra forma, mas, tem-se cortado, são decisões difíceis que coloca o executivo numa situação muito delicada junto da população, porque não conseguem concretizar os seus anseios, ou com as Juntas de Freguesia porque querem mais dinheiro para poderem cumprir com os programas eleitorais que assumiram; e perante as Instituições muitas delas a precisarem de mais apoio, e esta é a realidade, e não é com satisfação que ali esta a defender aqueles números, apenas com uma, é que estes números são



Assembleia Municipal de Caminha

verdadeiros, acabou-se com a maquilhagem que havia antes de este executivo chegar, também refere o Senhor Presidente que o executivo tem tido algum insucesso em algumas matérias importantes, como elencou o Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, a questão da PPP, onde existe um acordo com o privado que permite que se pague ao privado aquilo que ele considera suficiente para pagar à banca e do ponto de vista bilateral neste momento não há problemas, está-se a cumprir com o acordado, o problema é que nas contas está-se a falar de 600 mil euros, que não são pagos, que o privado não necessita, porque tinha esse dinheiro de lucro, pelo acordo que o PSD tinha feito, mas, nas contas todos os anos conta como dívida porque não se resolveu a questão fundamental da PPP, e porque não se resolveu?, porque não se conseguiu fazer um empréstimo, ainda não deixam fazer um empréstimo para que a PPP deixe de ser publico privada, e passe a ser publica, para quem comprar a outra parte.

Uma outra matéria, é a água, disse o Senhor Presidente que estas contas não refletem o acordo da água, que ainda não está caucionado pelo tribunal de contas, ou seja, o grande acordo dos 9 milhões, o que quer dizer que só em faturas de água e PPP neste resultado liquido negativo, está-se a falar de 4,5 milhões de euros, e se se estivesse a pagar a água, e se se tivesse a questão da PPP resolvida, o resultado liquido de exercício com os mesmos números seria quase de 3 milhões de euros positivo, esta não é justificação, porque os problemas existem. Porém, disse o Senhor Presidente, que existem outras coisas que o executivo tem feito bem, e uma delas foi diminuir a despesa corrente e despesa total e investir com a ajuda dos fundos comunitários, e diminuir a despesa naquilo que são os empréstimos de médio longo prazo, que castigam a Câmara Municipal a pagar nos tribunais a quem meteu processos contra a Câmara e ganhou, aquilo que é devido e que outros não pagaram, e pagar junto de instituições como o Âncora Praia, onde se está a pagar obras de campos de futebol e relvados, que deveriam ter sido pagos em 2011, e isso está nas contas, e esta é uma infelicidade politica que a bandeira do PSD na



Assembleia Municipal de Caminha

Câmara Municipal tenha sido bater no facto de nestas contas estar 200 mil euros que se pagou aos herdeiros do Dr.º Dionísio Marques para resolver os problemas que o próprio PSD criou, contudo, isto não é justificação para dizer que nenhuma destas matérias é culpa do executivo, pois ainda acabou de assumir que não conseguiu resolver a questão da PPP, no entanto, está-se a fazer o trabalho, e não sabe mais quão rente pode cortar as unhas do Município; cortar às Freguesias?, não se faz obra cofinanciada?, corta as Associações Culturais?, porque, existe uma coisa fundamental e a CDU não faz esse discurso, mas o PSD que os chama de despesistas, não consegue apontar uma medida, um projeto que eles não fariam, pelo contrário querem sempre mais, mas, existe um é tenda que foi colocada para se festejar o 25 de Abril de 2014, estava a chover, como ontem, houve um espetáculo no Largo Calouste Gulbenkian, mas, talvez por se tratar do 25 de Abril e do que isso significa, essa continua a ser aquela despesista de 10 mil euros que desde 2013 até agora é considerada o ícone do despesismo e daquilo que gastam. Por isso tem que se equilibrar as coisas, e deixar ali uma breve análise, porque o PSD utiliza vários argumentos que são falsos e que não podem estar a ser sempre dirimidos, tem que haver o momento que não podem continuar a ser dirimidos, porque, senão também se deixa de responder a esses argumentos, uma coisa é ter a perceção que eles são verdadeiros e uma outra é se ter a certeza que é assim, e vai provar neste momento de que são falsos, refere o Senhor Presidente.

De seguida o Senhor Presidente pediu para passar a projeção para tornar bem claro aquilo que são as contas da Câmara segundo o argumentário do próprio PSD:

Existe uma primeira premissa do PSD que é a seguinte;

“Em 2019 os cidadãos são chamados a pagar a fatura de 5 anos de gestão PS que gastou à fartazana”, esta expressão da fartazana foi inventado pelo Senhor Presidente está “in declaração de voto dos vereadores do PSD de 15 de abril de 2019”, sobre esta premissa aquilo que tem para dizer é que é falsa, porque



Assembleia Municipal de Caminha

ao longo dos últimos dez anos o Partido Socialista, gastou muito menos dinheiro, e menos despesa do que o PSD gastou em anos anteriores, com a visão do quadro está absolutamente claro sobre a despesa que o PSD teve nos últimos 5 anos e a despesa que o PS teve agora, porém se os números não estão claros em imagem, repete, nos últimos 5 anos, a Câmara gastou menos € 8.855.629 milhões de euros do que o PSD gastou nos 5 anos anteriores.

Em média, o executivo PS gasta menos € 1.771.125 milhões de euros por ano do que o PSD gastava em cada ano, há híper fartazana.

Segunda premissa do PSD refere que;

“A gestão do PS reduziu irresponsavelmente a receita, tanto em IRS como em IMI e não conseguiu fazer face à despesa que tinha. Desde 2014, pelas nossas contas, este executivo deixou de receber cerca de 4 milhões de euros por via das decisões de diminuição de impostos”, também, “in declaração de voto dos vereadores do PSD de 15 de abril de 2019”, ora, esta segunda premissa também é uma falsidade, a Câmara de Caminha liderada pelo PS desceu os impostos, que estavam no máximo, o mesmo máximo que agora criticam, mas, o executivo decidiu desce-los porque se estava em crise, no pico da Troika, no entanto, não o fizeram irresponsavelmente, fizeram-se contas e sabia-se aquilo que estava a acontecer da atualização do imobiliário no conjunto do Concelho, descendo os impostos, mesmo assim não se perderia receita, e aquilo que aconteceu vê-se no quadro que é absolutamente exemplificativo, ali estão os impostos diretos que foram recolhidos no Concelho de Caminha, e aquilo que dizem que os 5 anos dos últimos 10 anos onde houve mais arrecadação de receita com impostos, os irresponsáveis, que perderam 4 milhões, são os últimos 5 anos onde mais impostos diretos entrou como receita na Câmara Municipal, ou seja, este executivo não foi irresponsável, sabia aquilo que estava a fazer e não foi pela perda de receita por baixar os impostos, e por isso, existem dois factos que devem ali ficar assentes na Assembleia Municipal, o facto número 1 é que infelizmente para o argumentário do PSD, “A gestão PS tem uma despesa global e corrente inferior à gestão do PSD”; facto número 2,



Assembleia Municipal de Caminha

“A gestão PS não desceu irresponsavelmente os impostos nem diminuiu a sua receita.

Desceu impostos para proteger as pessoas no pico da crise e fê-lo aumentando a receita.”

Refere o Senhor Presidente que fica uma pergunta fundamental que todos fazem, como é que uma Câmara Municipal que tem vindo a diminuir a sua despesa e apesar de tudo a aumentar a sua receita de impostos, continua a ter tantas dificuldades? O que é que mudou nestes cinco anos relativamente aos 5 anos anteriores do PSD, para hoje não ter liquidez para acorrer a toda esta dívida e todas as dificuldades para além de todo o acumulado da PPP, da água e dos processos judiciais?, existe uma resposta, e muito clara e tem a ver com algo que acontecia há 5 anos atrás e agora não acontece, ou seja, tem a ver com as receitas extraordinárias e irrepetíveis que foram acumuladas desde 2008 e que contribuíram para maquilhar a situação financeira da Câmara. Ora, sejamos realistas e as pessoas lá em casa sabem disso muito bem, a situação financeira da Câmara é assim há muito tempo, só que as contas que eram apresentadas eram maquilhadas, não eram verdadeiras, eram resultado de receitas extraordinárias.

Mas, para se ter uma ideia, em 2008 entrou na Câmara uma receita extraordinária no valor de 3 milhões e 500 mil euros resultante da venda das eólicas; em 2009 entraram 2 milhões e 500 mil euros do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado, vejam bem que a Câmara estava tão bem que tinha que recorrer a estes programas para pagar dívidas. Todavia, não se fica por aqui, em 2010, não satisfeitos com este dinheiro fresquinho que entrava nas contas e assim equilibrava os resultados, a Câmara pediu um empréstimo de médio longo prazo de 1 milhão e 645 mil euros.

Mas como as coisas estavam tão bem, em 2011 a Câmara volta a pedir um empréstimo de médio longo prazo no valor de 1 milhão e 212 mil euros para contribuir para a saúde financeira da Câmara.



Assembleia Municipal de Caminha

Finalmente, em 2012, um ano fundamental para que as contas descem superavit, porque era ano de eleições, entraram mais 2 milhões e 281 mil 938 euros e 63 cêntimos.

Esse é que é o drama, em cinco anos só em receita extraordinária e irrepetível, o PSD injetou dinheiro fresco nas suas contas, maquilhando a situação real, em 11.139.468,63 milhões de euros, ou seja, receita extraordinária com empréstimos de médio e longo prazo, programas de pagamento de dívidas a fornecedores ou venda de património é igual a 11.139.468,63 milhões de euros; já o PS nestes cinco anos em despesa extraordinária soma 140 mil euros resultantes de um empréstimo que fez para acorrer a projetos cofinanciados pela Europa. Esta é a grande diferença e que se este dinheiro fresquinho não tivesse entrado, as contas da Câmara, os resultados teriam sido os piores de sempre. E pergunta o Senhor Presidente sobre aquilo que aconteceu ao dinheiro da venda das eólicas fugiu, não se sabe para quê, porque era para se pagar as piscinas, mas, as piscinas até foi uma PPP, contudo, ainda se tem o PREDE, os dois empréstimos e o PAEL, quem o está a pagar agora é o povo, é que existe aqui uma grande diferença, é que uns recolheram os sacos e outros estão a pagar o preço desses sacos que entraram durante 5 anos. Por isso, na discussão sobre as contas se deve falar daquilo que é fazível, ponderável que são as matérias que ali foram levantadas quer pelo PS, quer pela CDU, no entanto, deixem-se de argumentos que não correspondem á verdade, as despesas baixaram com o PS e os impostos não foram diminuídos irresponsavelmente, a questão fundamental neste buraco é exatamente que entrou dinheiros fresco, que uns usufruíram e agora tem que se gerir os problemas para se encontrar soluções, contudo, frisa o Senhor Presidente que do lado da despesa é muito difícil, tem que se atacar a PPP e estancar a questão da água, através de medidas duras sobre as pessoas, porque não se tem outra solução, e vai continuar a ser impopular, os impostos também vão aumentar. Mas, tem que falar a verdade às pessoas, porque não tem duas caras. Ele dá a cara perante as pessoas e sabe que o esforço que



Assembleia Municipal de Caminha

pede é grande e que não é agradável para ninguém, mas não tem outra solução. Como já referiu, vai apresentar aos partidos um plano de saneamento financeiro, que obrigou a que se tivesse que maximizar os impostos, quer apresentar esse plano antes do Verão, e é esta a solução para se encontrar uma saída.

Para terminar disse o Senhor Presidente que está ali de corpo inteiro e ficará na Câmara enquanto se estiver a resolver esta situação difícil e enquanto as pessoas tiverem que fazer sacrifícios.

Não vai partir nem para Lisboa, nem para Bruxelas e nem para Viana enquanto estiver a resolver estes problemas com estas medidas duras. Não tem cara para dizer às pessoas paguem mais impostos e paguem a água mais cara, e que agora se vai embora trabalhar para Lisboa e viver satisfeito no Terreiro do paço, isso não o vai fazer. Ficaré junto das pessoas não para que elas votem nele, porque se calhar até nem o vão fazer porque estão zangadas. Mas pelo menos vão dizer que ele esteve ali e enfrentou e resolveu os problemas, e agora a Câmara tem capacidade para seguir o seu futuro. É isso que vai fazer, porque é esse o seu compromisso, e não descansará enquanto não encontrar esses resultados e soluções.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 24 votos a favor, 11 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.



Assembleia Municipal de Caminha

d) 1ª Revisão ao Orçamento para Incorporação do Saldo de Gerência do Ano 2018

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de quinze de abril de dois mil e dezanove, relativa à “**1ª Revisão ao Orçamento para Incorporação do Saldo de Gerência do Ano 2018**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea a) do n.º1 do art.º25 da Lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, aprovar as respetivas revisões, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove a “1ª Revisão ao Orçamento para Incorporação do Saldo de Gerência do Ano 2018”.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 26 votos a favor, 0 votos contra e 09 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

e) Nomeação de Auditor Externo para Certificação de Contas

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de quinze de abril de dois mil e dezanove, relativa à “**Nomeação de Auditor Externo para Certificação de**



Assembleia Municipal de Caminha

Contas", conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos do n.º 1 do art.º 77 da lei 73/2013 de 03 de setembro, compete à Assembleia Municipal nomear, sob proposta do órgão executivo, o auditor externo responsável pela Certificação Legal das Contas, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove a nomeação da firma "Carlos Teixeira, Noé Gomes & Associados, SROC, Lda. para auditor externo, para o ano de 2019, renovando assim o contrato celebrado em 04/06/2018.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 26 votos a favor, 0 votos contra e 09 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

f) Alteração à Delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Caminha

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de quinze de abril de dois mil e dezanove, relativa ao "**Alteração à Delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Caminha**", conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea h), do n.º 1, do art.º 25, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar os planos e demais instrumentos estratégicos necessários à prossecução das atribuições



Assembleia Municipal de Caminha

do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove a “Alteração à Delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Caminha”.

O **Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha e Vilarelho, Miguel Gonçalves**, disse que se inscreveu para falar neste ponto, porque uma Assembleia que tem a prestação de contas como prato principal, este assunto poderia ficar um pouco escondido, e esta matéria que ali está para se aprovar refere-se ao alargamento da Área de Reabilitação Urbana, é um passo para o futuro de Caminha, mas, também para o Concelho. Já existe uma Área de Reabilitação Urbana, a decorrerem obras em várias artérias do Centro Histórico como na Rua Ricardo Joaquim de Sousa, Largo dos Combatentes, Largo Fetal Carneiro, na Travessa do Tribunal, e posteriormente irão decorrer na Rua de São João, na Praça Conselheiro Silva Torres. Disse o Senhor Presidente de Junta que já no ano passado houve intervenção neste âmbito, na Rua da Corredoura, uma parte que correu bem, e uma outra parte que não correu bem no seu entender. Contudo, a expansão da Reabilitação Urbana, tem um conjunto de mecanismos que são altamente favoráveis, e este alargamento vai passar pela Rua Visconde Sousa Rego, Rua Benemérito Joaquim Rosas, a Praça Pontault Combault, o Largo da Feira, Rua das Trincheiras, ou seja, vai abarcar uma zona altamente populosa desta Vila, que está a precisar de uma intervenção pública e privada, esta zona também tem edifícios que precisam de intervenção como o Mercado, o Bairro Social, o Quartel dos Bombeiros, as Meias Casas, ou seja, tem-se ali uma matéria que põe em causa a iniciativa privada, esta é a primeira nota que dá, para a reabilitação das casas, porque a reabilitação urbana não se faz sem os proprietários e existe neste programa um instrumento preciso que lhes dá condições de acesso ao crédito mais favorável para a reabilitação urbana e também existe a isenção de IMI para quem proceder a obras de reabilitação urbana, pelo que, fica ali o desafio aos privados. Disse ainda o Senhor Presidente de Junta, que a Junta de Freguesia vai fazer uma ação muito direta com os proprietários das casas desta zona de



Assembleia Municipal de Caminha

Caminha que está abrangida por este plano, uma vez que com este plano existem zonas aonde as casas estão muito degradadas e podem melhorar muito a sua situação.

O Senhor Presidente de Junta chama a atenção da Câmara para a situação das meias casas, fala-se muito sobre as meias casas, já existem trabalhos sobre elas, que foram sublinhados nesse momento, ou seja, torna-se muito importante que haja a preservação das meias casas, as quais podem servir para vários fins, como alojamento local, serviço de apoio ao Caminho de Santiago, e até para se viver, mas, é necessário que a iniciativa privada tenha estas condições, e as entidades públicas tenham condições para adquirir uma meia casa para as preservar, porque é a nossa história e memória, no entanto, este programa vai permitir que haja uma intervenção pública em zonas que a Junta de Freguesia acha que são extremamente necessárias como nas vias de acessibilidades, da eficiência energética e na componente ambiental, ou seja, a perspetiva da Junta é de uma perspetiva futura, porque todos sabem que não existem verbas suficientes, mas, não deixa de chamar atenção para este programa que tem todas as condições para que no futuro se faça uma intervenção que é necessária no Rua dos Pescadores, e pode criar todas as condições para que se resolva o problema do mercado, e para que os privados e o IRU num primeiro momento resolvam algumas situações do Bairro Social, e num segundo momento a Câmara Municipal com a delegações de competências juntamente com os privados possa fazer uma intervenção forte no Bairro Social que tanto é necessária.

Para concluir disse o Senhor Presidente de Junta que com um conjunto de ações públicas e privadas vai-se construir o futuro desta bela marinheira.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 35 votos a



Assembleia Municipal de Caminha

favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

g) Regulamento Municipal para Atribuição de Incentivos a Estudantes do Ensino Superior

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de um de abril de dois mil e dezanove, relativa ao **“Regulamento Municipal para Atribuição de Incentivos a Estudantes do Ensino Superior”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea g), do n.º 1, do art.º 25, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar os regulamentos com eficácia externa do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove o “Regulamento Municipal para Atribuição de Incentivos a Estudantes do Ensino Superior”.

O **Senhor Deputado Carlos Videira**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes e Comunicação Social, e disse que esta é uma iniciativa muito produtiva e que será da concordância de todos, contudo, naquilo que diz respeito à sua regulamentação dará alguns contributos dentro daquilo que é a sua experiência a lidar com este tipo de questão, nos apoios ao ensino superior, sobretudo no que diz respeito às condições gerais de atribuição, todavia, prevê este regulamento que quem queira usufruir de este tipo de apoio faça prova do pedido de bolsa de estudo aos serviços de Ação Social, ou, um comprovativo



Assembleia Municipal de Caminha

da mesma, ou seja, está-se a admitir que para um estudante que se possa candidatar a este tipo de apoio já seja bolseiro da Ação Social, ou, pelo menos candidato a bolsa da Ação Social, e isso confirmasse a partir do momento que fala ali que o agregado familiar deve ter um rendimento per capita que não seja superior a 40% do salário mínimo nacional, admitindo que o rendimento per capita seja o rendimento mensal o que situará esse rendimento na ordem os 840 euros, e isso de facto vai em linha daquilo que é a regulamentação nacional da atribuição de bolsa, para um estudante usufruir de uma bolsa de estudo tem que ter um rendimento per capita anual que está nos dezasseis IAS, mais o valor da propina máxima paga, o que também dá um valor anual neste caso acima dos 8 mil euros, no entanto, os apoios de Ação Social, são uma responsabilidade do Estado a nível Central e Nacional, certamente que as Câmaras Municipais, e as próprias Instituições de Ensino Superior tenham estes tipo de apoios, contudo, julga o Senhor Deputado que deveriam tê-los e vocaciona-los para aqueles que não têm apoio da Ação Social direto da parte do Estado, porque, por um lado a Ação Social direta da parte do Estado tem valores que são progressivos, um aluno que esteja perto do linear de elegibilidade terá uma bolsa mínima, um aluno que não tenha rendimentos terá uma bolsa máxima a rondar 5, 6 mil euros ano, este apoio que propõe a Câmara Municipal de Caminha é um apoio fixo, independentemente daquilo que é a condição de agregado familiar é um valor fixo, desde que caiba nas condições de elegibilidade, no entanto, se existe um estudante que já tem uma bolsa da Ação Social, já tem um apoio que é progressivo e que está em conta com aquilo que são as suas necessidades, porém, a grande dificuldade que existe hoje a nível de estudantes do ensino superior, passa-se precisamente por aqueles que estão na linha cinzenta que não tem bolsa da Ação Social, que por poucos euros, 10, 15 euros no seu rendimento anual, ficam sem uma bolsa de estudo e não tem qualquer tipo de apoio, logo, se se estiver ali a considerar um estudante bolseiro, já se está a considerar à partida um estudante que tem propina paga, complemento de alojamento se for deslocado, que são a maioria



Assembleia Municipal de Caminha

deles do Concelho de Caminha, e um desconto no passe de transporte, e tem acesso privilegiado a cuidados de saúde que são prestados pelos serviços de Ação Social das Instituições do Ensino Superior. Mas, um estudante que esteja na zona cinzenta e por poucos euros não seja elegível para atribuição de bolsa, terá mais ou menos as mesmas dificuldades que o outro só que irá ter que pagar tudo como propinas, alojamento e etc., logo, julga o Senhor Deputado que este regulamento deveria evoluir no sentido de situações de emergência, não necessariamente para estudantes que tenham acesso à Ação Social e a bolsas de estudo a nível nacional, como, parece ali prever nas condições gerais de atribuição, mas, precisamente para aqueles que estão numa situação difícil, porque por poucos euros caíram numa situação cinzenta, onde não tem qualquer tipo de apoio social e é precisamente aí que as Autarquias e Instituições podem entrar não se substituindo ao Estado, não reforçando os apoios do Estado que já têm uma progressividade em função das suas necessidades, mas resolvendo a situação daqueles que estão numa situação limite e que não usufruem de qualquer tipo de apoio, e, este era o contributo que o Senhor Deputado gostava de deixar a discursão, no entanto, enaltece e saúda esta iniciativa de concretização de apoios para os estudantes do ensino superior.

O Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves, agradeceu a intervenção do Senhor Deputado, porque de facto nesta área percebe bem daquilo que está a falar, no entanto, o Senhor Presidente disse que embora o alerta seja bastante importante, porque há sempre alguém que fica nas zonas cinzentas, nestes e noutros apoios, mas, esta bolsa tem um outro objetivo, ou seja, esta bolsa pretende ser complementar à bolsa e ao apoio da Ação Social existente, porque no seu auge atinge 1200, 1300 euros ano, e não é isso que resolve o problema do aluno, o que resolve o problema do aluno que quer estudar fora e é do nosso Concelho é ter o apoio social que o Estado lhe atribui e são essas as competências da Administração Central, velar pelo cumprimento da



Assembleia Municipal de Caminha

Constituição nessa matéria, no entanto, o raciocínio que o Senhor Deputado fez é correto, esta bolsa é fixa e a outra bolsa é variável, só que esta bolsa vai acontecer no contexto do Concelho de Caminha àqueles que tem menos rendimento, e por isso de algum modo o que vai permitir àqueles que concorrem, e são entre 20, 25, 30 alunos, são os filhos de famílias mais pobres que tem acesso a esta limitação dos 5, o que quer dizer, são eles que tem o complemento, já tem uma pobreza associada à sua bolsa, onde os pais já não conseguem contribuir com nada, e este complemento vai substituir que os pais em outras circunstâncias de pobreza ou dificuldade conseguem dar. Porém, existem as zonas cinzentas daqueles que não conseguem por milésimas atingir as bolsas sociais, o objetivo não é resolver esse problema, para essa matéria pode-se pensar num sistema parecido, mas, no contexto de todas as candidaturas quem vence é quem tem a situação mais débil, ou seja, nesta matéria é quem não tem praticamente nada e este complemento consegue ajudar numa universidade, este é o objetivo dentro das condições do Regulamento.

Disse ainda o Senhor Presidente e que aquilo que ali se está a aprovar é o regulamento, porque não se tinha um regulamento válido, votado e publicitado no Diário da República, no entanto, agora terá a sua evolução e acompanhamento. E por isso, partilha o Senhor Presidente a justificação daquilo que sendo certo o que ali disse o Senhor Deputado e existe uma injustiça ali no meio para quem não atinge a bolsa, mas, a verdade é que daqueles que tem bolsa existe um conjunto de famílias que vivem com tantas dificuldades que não podem contribuir em nada para esse estudo e esta ajuda é esse complemento que visa permitir que aquelas famílias com os rendimentos mais baixos que tenha ou queira um filho no ensino superior o possa ter.

Disse ainda o Senhor Presidente que no conjunto dos apoios atribuídos, este benefício ajuda a desbloquear algumas situações, está-se a falar de 120, 130 euros por mês que as vezes é o suficiente para acomodar refeições, e o



Assembleia Municipal de Caminha

feedback que se tem dos pais e dos alunos é deste contributo ser uma mais valia, ainda assim , o 6.º classificado fica numa situação injusta, e este apenas é um contributo, é mais uma ação, não resolve todos os problemas, porém, percebe aquilo que ali disse o Senhor Deputado, mas, espera que o entenda e que existe uma logica nesta matéria com os recursos que se tem, é esta a ideia que se tem para se ir aquelas famílias que não tem mesmo como contribuir para que o seu filho estude, e este complemento é aquele apoio que as famílias poderiam dar mesmo aos bolseiros, porque estes também vão com a ajuda dos pais, porém, este é mesmo para aqueles que não tem a ajuda dos pais, mas, fica o contributo.

O **Senhor Deputado Carlos Videira**, agradece e compreende o esclarecimento, e não retira o mérito à iniciativa, a qual é louvável, no entanto, o Senhor Presidente colocou ali a questão do ponto de vista, que é factual, que se trata da questão da complementaridade, que é o objetivo deste apoio, contudo, gostava de reforçar que se não for para este regulamento, mas, que o executivo municipal esteja presente de futuro para quando estas matérias voltem a ser discutidas. Quando se fala de facto dessas famílias que não tem possibilidades de apoiar os estudantes para prosseguir a sua formação académica, famílias que praticamente não tem rendimentos, está-se a falar de uma bolsa máxima que é 11 vezes o IAS, será 5 mil euros, quase 500 euros por mês, mais a propina, mais a residência gratuita, mais transportes e cuidados de saúde. No entanto, o estudante que por poucos euros não tenha a possibilidade de ter bolsa, não tem residência paga, não tem cuidados de saúde pagos, não tem desconto nos transportes tudo são despesas, e ainda tem uma propina de 1000 euros, e este apoio que a Câmara Municipal se propõe a dar serviria pelo menos para cobrir os valores da propina, e para as famílias que tem mais condições do que aquelas que não tem qualquer tipo de rendimento, por isso tem a bolsa máxima, certamente que contribuiria para com as despesas de alojamento, alimentação e todas aquelas que referiu, ou seja,



Assembleia Municipal de Caminha

esta era a nota que ele gostava de ali deixar, porque às vezes é muito esquecida quando se fala de Ação Social, existe ali um conjunto muito significativo que se perde, e dentro dos números do abandono escolar aquilo que a experiencia lhes refere é que não são os alunos beneficiários da Ação Social aqueles que mais caem do sistema, são aqueles que ficam nesta zona cinzenta, mas, isso não retira o mérito à iniciativa, e, no futuro se houver possibilidade forma de resolver estas situações para que estudantes do Concelho de Caminha possam ingressar no ensino superior, uma vez que o Estado não resolve, porque tem que haver uma linha de corte, pois seria importante que o executivo pudesse tentar procurar uma solução para estes casos.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

h) Alteração da Postura de Transito e Estacionamento na Sandia / Vista Alegre em Vila Praia de Âncora

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de quinze de abril de dois mil e dezanove, relativa à **“Alteração da Postura de Transito e Estacionamento na Sandia / Vista Alegre em Vila Praia de Âncora”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.



Assembleia Municipal de Caminha

Assim e porque nos termos da alínea g), do n.º1, do art.º25, da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar as posturas com eficácia externa do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo autorize aprovar, a alteração da postura de trânsito e estacionamento como se indica:

Rua António Aleixo

- Um sentido de trânsito – circulação no sentido nascente para poente;
- Marcação de lugares de estacionamento longitudinal e perpendicular em alguns troços da rua de acordo com mapa em anexo;
- Implementação de sinalética vertical de acordo com mapa em anexo;

Rua de Gontinhães

- 1 sentido de trânsito – circulação no sentido de sul para norte (entre a Travessa 5 de Outubro e o cruzamento com a Rua António Aleixo);
- Marcação de lugares de estacionamento longitudinal e perpendicular em alguns troços da rua de acordo com mapa em anexo;
- Implementação de sinalética vertical de acordo com mapa em anexo.

Rua da Vista Alegre

- Um sentido de trânsito – circulação no sentido de poente para nascente até ao sinal C1 – sentido proibido, de acordo com o mapa em anexo;
- Implementação de sinalética vertical de acordo com mapa em anexo;
- Proibido parar e estacionar até 20m na Rua 5 de Outubro sentido Norte-Sul, de acordo com o mapa em anexo.

Travessa 5 de Outubro

- Um sentido de trânsito – circulação no sentido de poente para nascente;
- Implementação de sinalética vertical de acordo com mapa em anexo.

Rua da Sandia

- Um sentido de trânsito – circulação no sentido de norte para sul;
- Marcação de lugares de estacionamento perpendicular em alguns troços da rua de acordo com mapa em anexo;
- Implementação de sinalética vertical de acordo com mapa em anexo.

Rua Luis de Camões



Assembleia Municipal de Caminha

- Um sentido de trânsito – circulação no sentido de sul para norte a partir sinal H3 – Trânsito em sentido único até ao sinal A25 – Trânsito nos dois sentidos;
- Marcação de lugares de estacionamento perpendicular em alguns troços da rua de acordo com mapa em anexo;
- Implementação de sinalética vertical de acordo com mapa em anexo.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

O **PRESIDENTE DA MESA** agradeceu a todos os presentes a colaboração e declarou encerrada a Sessão, quando eram 23H50M, do dia 26 de abril de 2019, da qual, para constar e por estar conforme, se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.

O Primeiro Secretário

(João Alberto Silva)

A Segunda Secretária

(Sónia Lajoso)

O Presidente

(Luís Augusto Pestana Mourão)